

Antônio DELFIM NETTO

O problema do café no Brasil

**São Paulo: Editora UNESP, 2009,
cap. 3, pp. 101-134.**

CAPÍTULO 3

**O MERCADO CAFEIEIRO
COM A INTERVENÇÃO ESTATAL.
A DEFESA PERMANENTE**

INTRODUÇÃO

A rapidez da intervenção governamental (principalmente o fato de o governo federal tomar a iniciativa da ação) e o término do escrúpulo de financiá-la por meio de emissões mostram claramente que o Estado participava da cupidez dos agricultores e que o terreno estava preparado para ações de maior envergadura. Vimos que, desde 1917, as plantações cresciam de maneira importante e, já em 1922, os lavradores se queixavam, novamente, da falta de dois elementos essenciais para a expansão ainda maior da produção: mão de obra e crédito. A elevação dos preços em moeda nacional fora extraordinária e, em 1924, a saca de café valia, na exportação, nada menos de 205\$853.

É impossível saber-se de que maneira haviam crescido os custos, devido não somente ao processo inflacionário, como ao reinício do leilão da mão de obra. O índice do custo de vida calculado pelo Serviço de Estatística do Ministério da Fazenda dá, talvez, uma ideia da ordem de seu crescimento (porque inclui não somente os produtos importados, como também produtos cujos preços são influenciados pela taxa de salário da mão de obra agrícola). Entre 1918 e 1924, esse índice havia passado de 100 para 166, ao passo que o preço da saca de café havia passado de 47\$390 para 205\$853, ou seja, de 100 para 434. Mesmo levando-se em conta a pequena precisão dessa comparação, fica evidente que o café

deveria deixar um enorme lucro, o que representava um poderoso estímulo para a ampliação da sua cultura.

Enquanto isso, amparados pela ação brasileira e confiados nela, um grande número de países começou a desenvolver também sua cultura cafeeira e as metrópoles, pela primeira vez, premidas pelos problemas de pagamentos internacionais, começaram a se interessar pelo produto de suas colônias, como veremos posteriormente com mais minúcias. Em 1924, nossos concorrentes já produziam 7 milhões de sacas, quando, desde o início do século, essa produção não passava de 4 milhões de sacas, em média.

O sistema, portanto, por maior que fosse o seu bom êxito a curto prazo (medido, quer do ponto de vista do agricultor, que queria mais mil réis por saca, quer do ponto de vista do governo, que desejava mais libras esterlinas por saca), continha em si mesmo a contradição que o acabaria liquidando. Mantidos os preços altos interna e externamente, a liquidação do sistema era uma questão de tempo, pois em breve haveria uma superprodução incontrolável (ou brasileira, ou de nossos concorrentes) e seria impossível repetir-se a operação com bom êxito.

O que nem os agricultores (que passaram a confiar cegamente na ação governamental) nem o governo perceberam a tempo é que os expedientes utilizados sempre deram certo porque sempre tinha havido condições extremamente favoráveis:

a) em 1906, a safra fora absolutamente excepcional, e esgotara os cafeeiros. Além do mais, o plantio era proibido. Dessa forma, a produção não podia, materialmente, crescer e a operação se resolveu porque o estoque acumulado poderia ser colocado nos anos seguintes;

b) em 1917, a situação já era pior e, sem a geada de 1918, que reduziu a 2/3 do normal a safra 1918-19 e a 1/2 a safra 1919-20, bem como o término da guerra, a operação teria fracassado;

c) em 1921, a situação foi salva, de novo, pela redução das duas safras seguintes e pela rápida superação da crise mundial. Se não tivesse havido a queda da produção, o sistema somente teria sido sustentado à custa de uma tremenda inflação. As operações terminaram com bom êxito porque não havia possibilidade material de crescimento da produção, dentro do curto prazo em que elas foram realizadas.

O bom êxito das operações residiu sempre na rápida alternância entre "o período das vacas gordas e o das vacas magras", circunstâncias em que a retenção é particularmente eficiente. É evidente, entretanto, que, se a

safra grande de 1906-07 tivesse se repetido um ano ou dois depois, seria impossível financiar-se a retirada do excesso. O esquema desenvolvido pelo Brasil funcionava com eficiência quando o desequilíbrio era aleatório. Se ele chegasse a se transformar num desequilíbrio estrutural, isto é, num desequilíbrio em que o quadro cafeeiro plantado pudesse, normalmente, produzir mais do que o consumo absorve (no nível de preço defendido), o esquema brasileiro fracassaria, a não ser que:

a) houvesse suficientes recursos para a retirada dos excedentes do mercado; b) fosse de alguma maneira impedido o crescimento da produção, não só do Brasil, como também dos concorrentes.

Ainda assim, se não ocorresse algum fenômeno meteorológico (como geadas, secas etc.), é possível que o esquema fracassasse pela impossibilidade de fazer o consumo crescer com maior rapidez do que 3 ou 4% ao ano, o que significa que os recursos deveriam ser imobilizados por um período relativamente longo.

Ficou claro, portanto, que os bons êxitos das operações intermitentes de valorização foram devidos às circunstâncias excepcionais que se ligaram a cada caso. Apesar disso, à medida que se desenrolava a terceira operação, começou a tomar corpo a ideia de que o Brasil deveria organizar um sistema de defesa permanente.

DEFESA PELO GOVERNO FEDERAL

Em outubro de 1921, o presidente Epitácio Pessoa enviou ao Congresso uma mensagem, em que sugeria a instituição da defesa permanente do café. A mensagem do presidente apontava, de fato, algumas das causas mais importantes das sucessivas crises do mercado cafeeiro e chegava à conclusão de que a maior parte delas residia na irregularidade da oferta:

a) irregularidade de uma safra para outra;

b) irregularidade nas remessas para os portos, as quais se precipitavam no segundo semestre de cada ano,

o que causava graves problemas financeiros para todos os operadores do mercado, em virtude da inexistência de um sistema bancário suficiente para atender às suas necessidades. E dizia, na mensagem, que "esta situação se agrava com a falta de organização do mercado produtor, constituído, como é, por uma massa difusa de vendedores, sem coesão, sem unidade de ação, sem resistência financeira, em frente de dez ou doze casas compra-

doras, apercebidas de todos os recursos para a luta e ligadas pelo interesse comum de comprar a baixo preço”.

As ideias expostas na mensagem de Epiácio Pessoa são inteligentes e pertinentes. Ele esperava que a intervenção estatal se cingisse à instituição de “um órgão de simples textura apoiado em dois elementos cardeais: unidade de ação e força de resistência, como seria, por exemplo, um conselho composto de pessoas de notória competência para dirigir as operações de defesa e provido de capital próprio e considerável para ocorrer às necessidades desta”. E arrematava o seu pensamento: “O conselho teria uma organização comercial completa para ministrar informações a respeito de todo o mercado e da situação dos centros produtores, colheitas, remessas etc. e um pessoal de técnicos contratados para trazê-lo ao corrente da posição do café nas diferentes praças do mundo”.

“Com esses elementos — diz-nos ainda a mensagem — teríamos um órgão simples e dotado da necessária elasticidade, a atuar — de um lado pela unidade da ação e especial competência dos dirigentes e, de outro, pela resistência poderosa do seu capital — como instrumento de defesa do nosso café, instrumento que naturalmente jamais deveria ser utilizado na criação artificial de preços abusivos.”

Em resposta a essa sugestão, o Congresso aprovou um projeto de objetivos muito mais amplos (e conseqüentemente irrealizável), criando um Instituto da Defesa Permanente da Produção Nacional e prevendo, portanto, a defesa de todos os produtos.

Apesar de o objetivo principal do projeto ser o café, ele colocava o problema de tal maneira que o governo federal teria fatalmente de intervir em todos os mercados que se apresentassem em baixa. Instituiu o sistema de empréstimos a juros módicos para os produtos de fácil armazenagem; a compra de café, para a retirada provisória do mercado (mas não fazia referência à regularização das entradas em Santos); um serviço de informações e propaganda etc. Os recursos seriam fornecidos por várias fontes (lucros da valorização em curso, contribuições orçamentárias, empréstimos internos e externos e, finalmente, por emissões). O projeto autorizava o Banco do Brasil a admitir, na Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, letras promissórias e *warrants* emitidos sobre açúcar, cacau, algodão etc., assim como a organizar uma carteira especial de crédito agrícola, que deveria, no futuro, passar as suas atividades ao Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola, cuja criação o projeto também autorizava.

A lei foi sancionada em junho de 1922 e, em novembro do mesmo ano, Arthur Bernardes assumia o poder dentro de um clima de agitação que não se acalmaria até o fim do seu mandato. Não estranha, portanto, que diante de tal mixórdia o seu governo tenha se limitado a fazer concluir com bom êxito a operação iniciada em 1921, sem nunca ter posto em efetivo funcionamento o chamado Instituto da Defesa Permanente da Produção Nacional.

Praticamente, a única medida posta em execução pelo governo federal, no período, foi a construção dos armazéns reguladores junto aos entroncamentos das estradas de ferro nas regiões cafeeiras. Esperava-se, dessa forma, conservar o café no interior e regular a entrada nos portos.

Mesmo essa medida foi provavelmente tomada sob pressão da florada da safra de 1923-24, que prometia ser considerável. Temos a impressão de que a escolha de sustentar o mercado por meio dos armazéns reguladores baseou-se em vários pontos:

1. O país vivia em estado de sítio e, nessas circunstâncias, dificilmente seria possível obter-se empréstimos externos para a compra do excedente.
2. Pelo contrato da valorização em curso, o governo somente poderia operar pelas mãos da Brazilian Warrant Co., o que não se faria sem grande resistência.
3. O único caminho que restava para o financiamento das compras seria o da emissão de papel-moeda. Em 1923, entretanto, o câmbio se encontrava em taxas que nunca tinham ao menos sido imaginadas (entre 4 e 5 dinheiros por mil réis), em boa parte devido às emissões maciças para a compra do café dentro da valorização em curso (o meio circulante passara de 1,8 milhão de contos, em 1920, para 2,6, em 1923) e que deveriam ser resgatadas com o empréstimo externo e com a venda do produto. Dessa maneira, não seria sem graves conseqüências que se financiaria, com a emissão, a compra de mais café.
4. Esperava-se, dessa maneira, superar uma parcela das dificuldades criadas pela falta de transportes.

Em quinto lugar, e talvez não menos importante, era o fato de o esquema imaginado possibilitar aos agricultores continuarem de posse do seu produto e, no futuro, beneficiarem-se (e não o governo) das elevações dos preços.

Em breve, entretanto, os lavradores compreenderam que todo o peso da defesa estava sobre as suas costas, porque os conhecimentos emitidos pelos armazéns reguladores não eram facilmente negociáveis, uma vez que a ordem de despacho para o porto poderia durar muito mais de 90 ou 120 dias, prazo máximo concedido pelos bancos para os efeitos comerciais.

Outro ponto importante residia no fato de a instituição dos reguladores criar condições inteiramente novas de comercialização, enfraquecendo as relações entre o agricultor e o seu financiador: o comissário. Antes da regulamentação das entradas, o crédito a curto prazo (e talvez, em maior proporção, o de longo prazo) de que necessitava o cafeicultor, era fornecido pelos comissários, que utilizavam o seu próprio capital e se socorriam do sistema bancário. É óbvio que o sistema era, assim, mais simples: o comissário mantinha seus negócios nas grandes praças e tinha, portanto, maior contato com os bancos; dava em garantia o nome de sua firma; eram em menor número do que os fazendeiros etc. Quando o sistema foi alterado, o cafeicultor, que geralmente no segundo semestre do ano acertava as contas com o comissário e podia reiniciar os seus trabalhos, ficava com o seu café retido muitos meses, o que significava uma necessidade maior de capital de movimento. As dificuldades ainda mais se avolumavam pela inexistência de um mecanismo que regulasse, de maneira racional, a remessa dos cafés para os portos, na proporção do volume da colheita de cada fazendeiro, o que lhes criava problemas financeiros graves e os obrigava a vender o seu produto a preços muito inferiores aos que estavam sendo pagos na exportação. Esse fato impedia que as cotações se firmassem.

Dificultava, ainda, o bom êxito da regulamentação dos embarques o aumento do volume dos cafés inferiores nos portos (porque, dos cafés liberados, escolhia-se o melhor para a formação dos lotes), o que criava embaraços para a exportação.

Os defeitos administrativos apontados acima podiam ser corrigidos aos poucos, mas para as dificuldades financeiras não se encontrava solução, restringindo-se as operações sobre os documentos dos reguladores ao crédito pessoal dos operadores. Mesmo as casas comissárias mais importantes não conseguiam apoio financeiro para as suas operações, porque sobre os conhecimentos ferroviários (ao contrário dos *warrants* emitidos pelos armazéns gerais) não se realizavam negócios. Quando essas empresas compravam café no interior e não conseguiam a sua liberação em Santos, o sistema bancário não lhes prestava qualquer auxílio, o que acabou limitando o volume dos negócios ao capital próprio disponível em mãos dos operadores. Além do mais, todo esse processo de retenção deu origem a uma tremenda corrupção administrativa, alimentada pelas gratificações para acelerar as liberações.

A oposição da classe agrícola somente não se tornou insuportável devido à elevação contínua dos preços do produto. O Rio 7, no disponível,

em Nova Iorque, passara de 12,1 cents/libra-peso no primeiro semestre de 1923 para 14,2 no primeiro semestre de 1924 e 19,3 no segundo semestre desse mesmo ano. Os preços na exportação passaram de 82\$395, em 1921, para 118\$694, em 1922, para 146\$875, em 1923, e para 205\$853, em 1924, graças à concomitante elevação dos preços internacionais e deterioração da taxa cambial.

A DEFESA PERMANENTE PELO ESTADO DE SÃO PAULO

Como vimos, a primeira fase da defesa permanente se realizou ao mesmo tempo que a terceira operação valorizadora e foi dela parte integrante. Quando, em 1924, as condições favoráveis permitiram ao governo federal completar a venda de seu estoque de café e resgatar o empréstimo de 9 milhões de libras esterlinas, levantado para sustentá-lo, ele decidiu (sob pressão da classe agrícola, descontente com as dificuldades financeiras causadas pelos reguladores) passar os encargos da defesa para o Estado de São Paulo. Em novembro de 1924, o presidente da República sancionou a Lei nº 4.868, pela qual ficaria a seu cargo o abastecimento do mercado interno, de acordo com o seguinte plano:

- a) proibir até 5% das quantidades destinadas à exportação, de preferência do tipo 7 ou inferiores;
- b) regular a distribuição dessas quantidades a preços convenientes e segundo as necessidades legítimas do consumo;
- c) estabelecer, com os Estados, a forma de pagamento e o preço a ser pago aos produtores ou exportadores por aquele café.

Pela mesma lei, ficava autorizada a transferência, para o Estado de São Paulo, pelo preço de custo, dos armazéns reguladores. Em dezembro de 1924, criou-se em São Paulo o Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café, ao qual se encarregou a execução de um vasto plano de defesa.

A defesa apoiar-se-ia nos seguintes pontos:

1. Regularização das entradas de café no porto de Santos, pela limitação dos transportes.
2. Empréstimo, a juros módicos, sob o café depositado nos reguladores.
3. Compra de café, em Santos ou no interior, sempre que isso fosse julgado necessário, para a regularização da oferta.

Prevvia a lei a criação do Banco Paulista de Crédito Agrícola, que nunca foi convertido em realidade. Aliás, em 1909 havia sido criado o Banco de Cré-

dito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, que em 1925 teve o seu capital aumentado para 20 mil contos e, em 1926 (quando eram os seus maiores acionistas, além da Fazenda Estadual, o Instituto do Café), passou a chamar-se Banco do Estado de São Paulo.

Os financiamentos para a execução dessa defesa seriam obtidos da seguinte maneira:

- a) uma taxa de viação de um mil réis ouro (que valia 27 dinheiros) sobre cada saca de café que transitasse pelo Estado;
- b) celebração de um convênio com os demais Estados cafeeiros, para que eles voltassem à mesma taxa;
- c) utilizando-se essa taxa como garantia, seria levantado um empréstimo externo, com o qual instituir-se-ia o fundo da defesa permanente do café.

A direção do instituto caberia a um conselho de cinco pessoas. O presidente seria o próprio secretário da Fazenda e do Tesouro; o vice-presidente seria o secretário da Agricultura. Os outros três seriam indicados da seguinte maneira: dois pela lavoura cafeeira e um pela Associação Comercial de Santos.

O instituto sublimava assim a experiência nacional obtida com a defesa do café nas três operações anteriores e se apoiava nas duas ideias básicas: a retenção (utilizada com bom êxito em 1906-07, 1917-18 e 1921-22) e a regularização das entradas nos portos (utilizada na terceira operação). A experiência anterior mostrava que:

- a) a uma safra excepcional (isto é, não sustentada por um parque cafeeiro em desacordo com a procura), seguia-se, normalmente, uma ou duas safras menores;
- b) se existissem recursos disponíveis, a retirada do excesso era perfeitamente viável, para a defesa dos preços;
- c) a regularização dos despachos para os portos havia tirado dos importadores a possibilidade de refazerem os seus estoques a preços baixos (e a irritação que demonstravam era prova disso) e dificilmente eles poderiam pressionar as cotações para baixo por meio de prolongado boicote.

É preciso considerar-se com cuidado a diferença entre essa nova fase da defesa e as anteriores. Até aqui as intervenções tinham tomado o caráter de medida de salvação da lavoura (na última, a defesa da receita de divisas já foi um ponto importante); eram tomadas já quando a situação do mercado cafeeiro era suficientemente grave e mesmo assim só depois de muita discussão e oposição, que, quando não exerciam outro papel, apontavam claramente os aspectos negativos que também apresentavam tais operações. A defesa realizada dessa maneira, por ser precária, produzia os seguintes efeitos:

1. Alertava o agricultor de que existia um desequilíbrio entre a oferta e a procura do produto e que ele, portanto, não deveria expandir a sua produção.

2. Mostrava aos concorrentes que, a qualquer momento, ela poderia ser abandonada e os preços cairiam a níveis irrisórios.

É importante notar-se também que essas intervenções não se faziam a não ser depois de os preços terem caído suficientemente.

Ora, a ideia da defesa permanente era exatamente o oposto. Em primeiro lugar, é preciso considerar-se que na década de 1920, mesmo o governo do Estado de São Paulo era, em boa parte, dominado pelos interesses da classe agrícola, de maneira que, *de fato*, o instituto era controlado pelos próprios cafeicultores. Nessas circunstâncias, era difícil esperar que o instituto cortasse fundo quando isso fosse necessário. Em segundo lugar, a irritação provocada nos importadores pelo bom êxito da defesa e a elevação dos preços criava condições excepcionais para o desenvolvimento da concorrência. Aliás, durante a campanha Hoover, em 1925, tornou-se um lugar-comum afirmar-se que os Estados Unidos deveriam interessar outros países na produção do café e que deveriam encorajá-los, adquirindo os seus produtos.

A AÇÃO DO INSTITUTO

Em janeiro de 1926, o instituto contratou com os banqueiros Lazard Brothers Co. Ltd., de Londres, a colocação de um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas (suportado pela taxa de viação criada com o instituto e garantido colateralmente pelo governo do Estado de São Paulo).

Para se compreender a situação do mercado cafeeiro quando o instituto foi criado, é preciso analisar-se o quadro 30.

Verifica-se claramente que, quando o instituto começou a funcionar, o mercado cafeeiro se encontrava praticamente em equilíbrio. Uma apreciação da situação do mercado pode ser feita pelo gráfico 5, onde se encontram registradas as principais variáveis do problema. Conforme já mostramos anteriormente, a elevação dos preços, em 1924, se explica pela tentativa de os importadores constituírem seus estoques como arma para fazer frente à regulamentação das entradas nos portos. Para as safras 1925-26 (o instituto ainda não estava funcionando) e 1926-27, a influência do novo organismo, se existiu, foi mais de ordem psicológica e deve

QUADRO 30

Safras	Estoque visível inicial ^a	No interior do Brasil	Total do Brasil ^b	Exportável		Consumo	Preço em cents/libra-peso
				Brasil	Outros		
(em 1.000.000 de sacas de café)							
1923-24	5,3	-	19,5	14,9	6,9	22,0	14,4
1924-25	5,0	4,6	11,0	13,9	6,8	20,5	20,9
1925-26	5,0	1,9	15,1	15,0	7,0	21,7	21,8
1926-27	4,5	2,8	14,7	17,4	7,1	21,3	20,3
1927-28	4,7	3,3	26,1	26,9	8,0	23,5	19,4
1928-29	5,7	13,1	10,9	15,3	8,7	22,2	21,5

Fonte: ^a e ^b Rowe, 1932, p. 85. Os demais dados: Hopp, 1954, tabela 4. Os preços se referem ao valor das importações de todos os cafés nos Estados Unidos.

ter sido pequena, pois as variações líquidas dos estoques foram insignificantes, como se vê a seguir:

QUADRO 31

Safras	Produção total	Consumo	Variação/estoque
1923-24	26,4	22,0	4,4
1924-25	17,8	20,5	-2,7
1925-26	22,1	21,7	0,4
1926-27	21,7	21,3	0,4
1927-28	34,1	23,5	10,6

Fonte: Rowe, 1932, p. 85.

Esses quadros esclarecem por que a valorização funcionou perfeitamente e por que os preços se sustentaram elevados até 1927. A receita de divisas proveniente do café atingiu os níveis máximos do período, chegando a 74 milhões de libras, em 1925, e a 70 milhões, em 1926. Apesar do aumento da inflação (em 1920 fora criada a Carteira de Redescuento no Banco do Brasil, que, em pouco mais de dois anos de vida, emitiu quase 750 mil contos; a circulação total era, em 1920, da ordem de 1,8 milhão de contos; em 1923, a Carteira de Redescuento fora substituída pela Carteira de Emissão, uma vez que o Banco do Brasil recebera o privilégio de emitir papel-moeda), a taxa cambial começou a melhorar, passando de 5 dinhei-

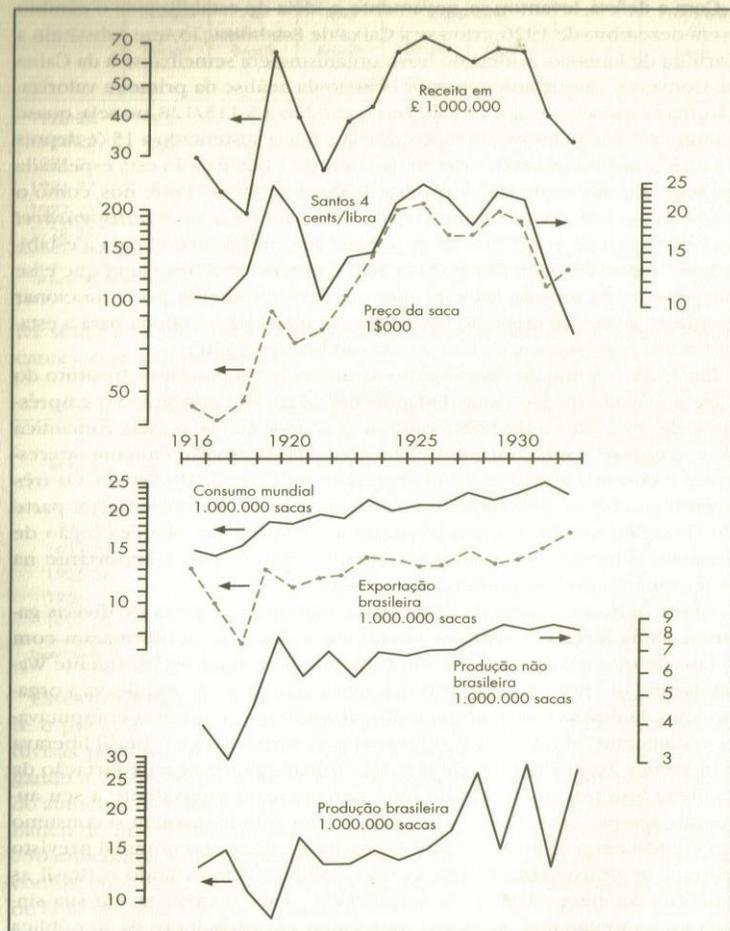
ros por mil réis, em 1923, para 6 em 1924 e 1925 e atingindo 7 dinheiros por mil réis, em 1926.

Com a defesa, levantou-se, novamente, a ideia de estabilizar-se o câmbio e, em dezembro de 1926, criou-se a Caixa de Estabilização, que substituiu a Carteira de Emissão. A ideia do novo organismo era semelhante à da Caixa de Conversão, a que aludimos por ocasião da análise da primeira valorização, mas esperava-se agora estabilizar o câmbio a 5 115/128, ou seja, quase 6 dinheiros por mil réis, enquanto aquela o havia sustentado a 15 (e depois a 16). A razão autêntica da criação da Caixa de Estabilização está espelhada no seguinte trecho do Relatório Presidencial de 1930: "Entre nós, como o café é quase tudo, pode-se afirmar que, se a *estabilização é indispensável* ao café (o grifo é nosso), o café é, por sua vez, indispensável para a *estabilização*" (apud Pires do Rio, p. 221). Não é preciso repetir-se aqui que esse mecanismo, da mesma maneira que o anterior, somente pôde funcionar enquanto a taxa de mercado (ligeiramente acima da escolhida para a *estabilização*) representou, de fato, a taxa cambial de equilíbrio.

Em 1925, o nome do instrumento da defesa havia passado a Instituto do Café do Estado de São Paulo. Quando, em 1926, foi conseguido o empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas, abandonou-se a ideia romântica de entregar-se o seu controle a elementos das classes diretamente interessadas e deu-se a sua direção ao Secretário da Fazenda do Estado. Os três representantes da agricultura e comércio (que, na primitiva, faziam parte do Conselho Administrativo) passaram a constituir um simples órgão de consulta e parece que nunca exerceram qualquer papel importante na determinação do comportamento do instituto.

Nesse período, a ideia da defesa para sustentar a receita de divisas ganhou plena força e mesmo as nossas autoridades se conformaram com o fato de que deveríamos ser um fornecedor residual. O presidente Washington Luiz, por exemplo, em sua mensagem de 1929, explicava a organização da defesa e o seu bom êxito, dizendo que, cada ano, computava-se o consumo mundial e a produção dos concorrentes e o Brasil liberava a diferença. Textualmente, ele nos diz: "Tomada por base a exportação da colheita anterior, acrescida de uma percentagem equivalente a seu aumento, sempre crescente, é calculado, e com grande margem, o consumo do mundo em relação à safra em curso. Para o consumo mundial previsto entram os outros países com as suas colheitas, exportando o Brasil as quantidades necessárias para completá-lo". Está aí exposta, em sua sin-gularidade, a inteligência da defesa, por quem era presidente da República

GRÁFICO 5
DEFESA PERMANENTE



desde 15 de novembro de 1926, tendo anteriormente sido presidente do Estado de São Paulo.

Mais de uma vez, em suas mensagens, deixa entrever Washington Luiz a pequena resposta do consumo do café às variações dos preços e, portanto, a conveniência da defesa. Em sua mensagem de 1928, ele dizia: "A política de defesa do café não podia ser levada avante de um modo prático sem a estabilidade cambial. Retido o café, subindo o seu valor em ouro, teríamos, sem a estabilização, a alta imediata nas taxas cambiais, anulando para o produtor os efeitos da defesa do café". Essa frase esclarece dois pontos:

1. Washington Luiz acreditava realmente que a procura fosse inelástica, pois é essa a única maneira de a defesa produzir uma elevação da receita de divisas.
2. A defesa tinha, pelo menos, dois objetivos: um, o produtor, que, sem a estabilização, não se beneficiaria do processo; outro, o Estado, que procurava aumentar a sua receita de divisas.

Ninguém expôs melhor do que Rolim Telles (secretário da Fazenda e, portanto, presidente do Instituto do Café) o fato de que a defesa se apoiava na inelasticidade da procura, quando diz: "Fazendo a baixa do preço não vendemos mais café; se o vendêssemos, obtendo assim a mesma quantidade de ouro e ganhando pela quantidade vendida o que perdemos em valor, seria razoável a baixa, mas, ao contrário, desinteressando-nos do valor do café perdemos o nosso ouro; baixando o preço do café, baixamos o valor representativo de nossa riqueza" (Telles, 1931, p. 9).

A ideia era, aliás, defendida mesmo pelos comerciantes estrangeiros mais importantes, como é o caso de Nortz & Co., que, em sua circular de 9 de janeiro de 1931, diziam: "Concordamos com aqueles que pensam que, como as coisas estão, o volume do consumo do café permanecerá praticamente o mesmo a 20 cents como a 10 ou menos..." (Apud Telles, 1931, p. 16).

Em princípio, a defesa permanente realizada pelo Estado de São Paulo se apoiava em plano muito semelhante ao levado a efeito pelo governo federal. As limitações de entradas nos portos foram aperfeiçoadas; melhorara-se o sistema de retenção, estabelecendo-se um sistema de "reguladores" com a emissão de *warrants* sobre os quais o Banco do Estado de São Paulo realizava adiantamentos de 60 mil réis por saca (o preço no porto de Santos era da ordem de 170\$000). Por outro lado, por inspiração do instituto, as exigências para entrega na Bolsa de Santos foram levadas ao extremo, o que permitia àquele órgão conseguir movimentos satisfatórios de preços com compras relativamente pequenas, pois quando os operadores normais sentiam que ele estava no mercado imediatamente se retraíam.

Em 1927, os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo assinaram o chamado "segundo convênio cafeeiro", pelo qual se estabelecia a defesa conjunta. Nos termos desse acordo, o controle das entradas seria estendido a todos os portos. Fixou-se, também, o estoque máximo em todos os portos. A ideia era permitir a remessa para o porto, de acordo com as exportações do mês anterior. As entradas diárias em cada porto, no mês corrente, eram fixadas dividindo-se por 25 o volume exportado no mês anterior.

Desde 1921, quando começou a ser adotado o critério de limitação das entradas, a formação de lotes para a exportação foi dificultada, principalmente pela carência de cafés de melhor bebida. Notemos que a limitação das entradas deveria representar um fator depressivo das exportações. Se essas eram dificultadas pela formação de lotes (principalmente pela ausência de cafés melhores), no mês seguinte as entradas seriam menores, e a não ser que a remessa tivesse uma composição qualitativa diferente do estoque no porto a situação se agravaria.

É impossível medir-se o fenômeno, mas não pode existir dúvida sobre o fato de que esse processo dava ainda um impulso mais poderoso àquela irritação que havia feito os importadores procurarem cafés nos outros países da América Latina. É muito provável que uma parcela importante da procura de cafés colombianos se deva não somente à melhor qualidade média daqueles cafés, como, principalmente, às dificuldades permanentemente instituídas pelo Brasil à exportação. É fácil compreender-se que o importador, para diferenciar a sua procura, tem de realizar gastos muito maiores. Se ele possuía o seu agente no Brasil e toda uma organização já montada e funcionando, que podia comprar de 50 a 500 mil sacas de café por ano praticamente com o mesmo custo total, é mais do que evidente que, concentrando os seus negócios aqui, ele poderia economizar. Se, apesar desse fato, ele resolveu criar uma máquina administrativa também na Colômbia e pagar mais caro o café (ele podia perfeitamente formar ótimos *blends* com cafés finos brasileiros), isso se deve, em boa parte, à tentativa de se libertar da pressão brasileira. A situação assumiu um aspecto grave e, no fim de 1927, foi permitida a substituição, nos reguladores, dos cafés finos. O proprietário podia substituir o seu café de melhor bebida por uma quantidade igual de café ordinário, o que acabou elevando os preços dos últimos, de maneira a tornar impossível a operação.

Essas considerações são de ordem racional e não emocional e se referem ao comportamento normal dos operadores do mercado. É certo que, an-

tes da defesa, a precipitação do café e as incertezas de cada safra criavam condições propícias a que os importadores comprassem os nossos cafés a preços baixos, os quais, estocados, pudessem resistir às elevações no preço. Não é menos certo, por outro lado, que a limitação das entradas lhes tirou a esperança de continuarem a manobrar dessa forma. Diante desse fato, eles procuraram enfraquecer nossa posição, transferindo a sua procura para outros produtores, o que foi acelerado pelas dificuldades criadas pelo próprio processo de defesa.

É preciso considerar-se, por outro lado, que a introdução do controle permanente das entradas ia, aos poucos, diminuindo os estoques de primeira e segunda linha nas mãos dos operadores. Se isso tinha uma influência positiva no que se refere ao fortalecimento da posição do instituto, tinha também um aspecto negativo importante. Os operadores, sem estoques nas mãos, são permanentemente baixistas, o que aumentava de muito a resistência encontrada para a sustentação dos preços.

Quando, no segundo semestre de 1926, as floradas dos cafezais mostraram que a safra 1927-28 deveria ser bastante volumosa, começaram a surgir dúvidas sobre a capacidade de o instituto resistir, e os importadores se retraíram. Os preços do Santos 4, no disponível, em Nova Iorque, passaram de 22,8 cents/libra-peso, em julho de 1926, para 16,9 cents/libra-peso, em junho de 1927. De fato, a safra 1927-28 apresentou-se com 26,1 milhões de sacas (quase duas vezes superior à média das últimas três), e ainda existiam no interior mais de 3 milhões de sacas. Quando, entretanto, o comércio cafeeiro compreendeu que o instituto tinha disposição e recursos (o instituto conseguira um empréstimo de 5 milhões de libras esterlinas, por um ano, de Lazard Brothers) para reter, de fato, os excessos, a procura se precipitou e, em novembro de 1927, os preços se encontravam, de novo, a 22,1 cents/libra-peso. As exportações do Brasil, que haviam sido de 13,2 e 13,5 milhões de sacas, respectivamente, em 1925 e 1926, atingiram 15,1 milhões em 1927.

Um ponto que precisa ser destacado na atuação do instituto durante esse período foi o tremendo esforço promocional despendido, tanto na Europa como nos Estados Unidos e em outros países da América. Infelizmente, os recursos dessa campanha (provenientes de uma taxa de 200 réis por saca de café exportada) eram muito limitados e a sua diluição em vários países e vários veículos publicitários (prêmios a marcas que utilizassem exclusivamente cafés brasileiros, instalação de máquinas de café expresso etc.) deve ter-lhe diminuído a eficiência.

A intervenção do instituto e o financiamento dos cafés nos reguladores deixaram bons lucros e razoável disponibilidade monetária nas mãos dos cafeicultores e, mesmo com os custos elevados em 1928-29, é muito provável que também essa safra (que atingiu apenas 10,9 milhões de sacas) tenha deixado lucros. (A respeito, consultar Rowe, 1932, p. 41 e ss.)

A situação, com todas as suas dificuldades, não causou grandes apreensões. De fato, os repetidos bons êxitos das valorizações haviam convencido mesmo os seus oponentes da quase impossibilidade de repetição de uma grande safra em curto prazo. Nessas circunstâncias, a pronta ação do instituto e a disponibilidade de capital de movimento eram de molde a tranquilizar os cafeicultores, pois, seguindo-se duas ou três safras normais, o consumo absorveria os excedentes acumulados no interior.

Infelizmente, à medida que se entrava no segundo semestre de 1929, o mundo cafeeiro tomava conhecimento de um fato novo e surpreendente: os cafezais se mostravam plenamente recuperados da grande safra de 1927-28 e as floradas anunciavam uma safra de pelo menos igual proporção, acrescida, ainda, dos novos cafezais que entravam em produção. Esse fato provavelmente se explica por duas razões:

- a) as condições climáticas correram muito bem;
- b) como Rowe (1932, p. 13) sugeriu, a melhoria das disponibilidades financeiras dos cafeicultores, na safra 1927-28, deve ter conduzido a melhores tratos.

Para completar-se essa série de dificuldades internas, tem-se que considerar que, em outubro de 1929, realizar-se-iam as eleições presidenciais, e Júlio Prestes, presidente do Estado de São Paulo, era o candidato do governo, de maneira que dificilmente poder-se-ia esperar alguma medida de caráter drástico e que desiludisse a classe agrícola. Desse fato decorria a impossibilidade de o instituto socorrer-se do auxílio de especuladores e comerciantes, como havia sido feito em 1906-07, pois isso certamente implicaria a transigência com o nível de preço sustentado. Por outro lado, diante da enorme safra prevista e da expansão do parque cafeeiro, não seria simples conseguir-se, com a necessária rapidez, novos fundos para a aquisição dos excedentes.

Apesar de toda a pressão baixista, o instituto conseguiu sustentar os preços. O Santos 4, no disponível, em Nova Iorque, que estivera sendo cotado a 23,5 cents/libra-peso no segundo semestre de 1928, sustentou-se em 24,2 no primeiro semestre de 1929 e, a despeito da pequena baixa havida com a entrada da safra, em julho de 1929, os preços permaneceram, em julho, agosto e setembro, em torno de 22,3 cents/libra-peso.

Em outubro, a situação tornou-se dramática, pois, em consequência da crise violenta que se abateu sobre a Bolsa de Valores de Nova Iorque, houve uma mudança quase imediata das expectativas dos operadores do mercado. Os bancos restringiram a concessão de crédito e reduziram as suas operações sobre café; procuraram elevar a sua liquidez. Com a demissão do presidente do instituto, porque o governo federal e o Banco do Brasil se recusaram a financiar as compras, a situação tornou-se insustentável. O preço do café Santos 4, no disponível, em Nova Iorque, desceu de 22,4 cents/libra-peso, em setembro, para 15,2 em dezembro, para atingir 14,1 cents/libra-peso, em média, no primeiro semestre de 1930 e 12 no segundo semestre do mesmo ano.

O sistema de defesa dos preços do café, cuidadosamente armado pelo Estado de São Paulo, ruiu sob a pressão de várias forças. Externamente, a crise iniciada em 1929 manifestou-se por uma rápida generalização do desemprego e uma violenta queda do nível de rendimento, o que deslocou para baixo a curva de procura do café. Em virtude mesmo das dificuldades à expansão das linhas de crédito, que precederam a crise nos Estados Unidos, e a inversão das expectativas dos empresários, a queda dos preços não podia estimular uma ampliação das compras. Esses fatores pressionavam, portanto, para a baixa, com força até então desconhecida, os preços do café. Internamente, os desentendimentos originados em questões políticas entre o presidente do Banco do Brasil e o presidente do Instituto do Café, que culminaram com a diminuição da base de financiamento, de 60\$000 para 40\$000 por saca, deram margem a que a desconfiança tomasse conta do mercado.

No fim de 1929 — depois de iniciada a crise mundial — o presidente da República mostrou-se muito relutante e aparentemente reconsiderou a sua posição anterior de ardoroso defensor da ação do Instituto do Café. Por seu lado, o presidente do Estado de São Paulo, o sr. Júlio Prestes, candidato ao mais alto posto administrativo do país, não tinha força suficiente para prosseguir na defesa.

A crise mundial surpreendera a todos e a perspectiva de ver, no último ano de governo, eliminados todos os seus esforços para a estabilização da moeda e assistir a um fracasso da Caixa de Estabilização tão fragoroso como fora o da Caixa de Conversão, modificou a posição do sr. Washington Luiz, que procurou salvar a situação por outro caminho. Confiado na sugestão de que uma baixa de preços poderia provocar uma grande expansão da exportação (o que em outras circunstâncias provavelmente se daria, pois os operadores procurariam refazer os seus estoques para enfrentar depois

o mecanismo de defesa, mas que naquele momento era impossível esperar) e assim aumentar a receita de cambiais, salvando o trabalho de quatro anos de governo, o presidente da República abandonou o Instituto do Café.

É preciso considerar-se que, pelo próprio mecanismo da Caixa de Estabilização, à medida que a desconfiança se apoderava do mercado, a saída do ouro e de divisas reduzia concomitantemente o meio circulante, que passou de 3,4 milhões de contos, em 1929, para 2,8, em 1930, provocando uma deflação que pressionava os bancos particulares e que já se haviam socorrido, na medida do possível, tanto do Banco do Brasil (cuja política era de sustentar o câmbio) como do Banco do Estado de São Paulo. As complicações internas aumentavam, assim, de importância, como já havia acontecido quando fracassou a Caixa de Conversão. Quando, portanto, o auxílio solicitado pelo Banco do Estado de São Paulo (que era o instrumento das finanças do instituto) ao Banco do Brasil foi recusado, a desconfiança se apoderou do mercado e os preços do café, em Santos, que haviam sido da ordem de 33\$500 por 10 quilos para o Santos 4, em 1928 e até outubro de 1929, caíram para 20\$750 em dezembro e já estavam em 15\$500, em dezembro de 1930. Os preços do mesmo produto em Nova Iorque caíram de 22,4 cents/libra-peso, em setembro de 1929, para 15,2 em dezembro e 10,5 em dezembro de 1930.

Essa queda arrastou consigo a Caixa de Conversão, pois, em consequência da diminuição da receita de divisas, proveniente do fato de ter o café rendido 67,3 milhões de libras esterlinas, em 1929, e 41,2 milhões, em 1930, a taxa cambial sofreu sério abalo, caindo de 5 7/8, em 1928 e 1929, para 4 1/2 dinheiros por mil réis.

Apesar dos esforços da defesa, os preços do café caíram com violência muito maior do que a média dos preços dos demais produtos, o que revela, no fundo, a alta influência do nível de rendimento sobre a posição da sua curva de procura. Enquanto os preços do atacado nos Estados Unidos baixaram 16% entre 1929 e 1930 e 25% entre 1929 e 1931 e os preços de atacado na Inglaterra baixaram de 16% entre 1929 e 1930 e 28% entre 1929 e 1931, os preços do café Santos 4, no disponível, em Nova Iorque, baixaram de 40% entre 1929 e 1930 e quase 60% entre 1929 e 1931.

Ao contrário do que ocorreu durante a crise mundial de 1921, os preços internos no Brasil baixaram. Apesar de ser impossível medir-se com maior precisão essa baixa, é preciso dizer que o índice do custo da vida construído para a cidade do Rio de Janeiro registrou uma baixa de 8% entre 1929 e 1930 e de 11% entre 1929 e 1931. Essa diferença de comportamento se

explicar pelo fato de, em 1921, o governo federal ter sustentado os preços do café em moeda nacional, realizando o financiamento das compras com emissões. Os preços do café subiram em moeda nacional durante a crise. Em 1929, deu-se exatamente o contrário: a hesitação na defesa reduziu os preços do café em moeda nacional de 38% entre 1929 e 1930 e o fracasso da Caixa de Estabilização produziu a contração do meio circulante (com os seus efeitos ampliados pelo aumento do desejo de segurança por parte dos bancos).

A situação somente não se resolveu por meio de um desemprego generalizado porque os trabalhadores rurais aceitaram reduções de 30 a 40% em seus salários monetários, com a compensação de poderem ampliar as plantações da agricultura de subsistência entre as ruas dos cafezais (Mensagem Presidencial de 1930, p. 27).

O fim do sistema de defesa ocorreu por falta de recursos financeiros. Durante alguns dias ainda, em que os operadores que agiam por conta do Instituto do Café deixaram de fazer ofertas para compra, o mercado permaneceu em expectativa, certo de que o Estado de São Paulo tinha recursos suficientes. Mas, no fim da primeira quinzena de outubro, ficou claro que o instituto se retirara do mercado por falta de fundos e então os preços caíram verticalmente. O fim da defesa dos preços nos portos não foi o fim de todo o sistema, pois, se isso tivesse acontecido naquele momento, em que o Brasil possuía cerca de 20 milhões de sacas de café e o mercado mundial sofria de uma forte crise, é quase certo que todo o sistema de comercialização e produção sofreria um colapso de que não se recuperaria tão cedo, pois ele implicaria a falência da quase totalidade das empresas nacionais envolvidas no comércio do café e dos bancos particulares que operavam com o produto.

Compreende-se facilmente por que teria de ser assim. O mercado, abandonado nessas circunstâncias, somente despertaria o interesse dos operadores estrangeiros quando os preços atingissem níveis completamente irrisórios, isso porque as perspectivas naquele momento eram as de que os preços do café continuariam baixos por muitos anos, uma vez que o sistema de defesa fracassara. Portanto, para que eles absorvessem os excedentes, seria necessário conceder-lhes condições excepcionais.

Na nossa opinião, a causa imediata do fracasso da defesa foi realmente a falta de recursos. Mas essa falta de recursos, por sua vez, teve sua origem na tentativa do presidente Washington Luiz de salvar a sua própria situação política e a de seu candidato à presidência da República, o sr. Júlio Prestes,

experimentando uma baixa dos preços para ampliar as vendas do café e salvar assim a Caixa de Estabilização e o câmbio, que havia sido a preocupação máxima do seu governo. Essa posição, francamente contrária a todas as ideias que o presidente havia exposto em seus relatórios anteriores, pode ser considerada como um verdadeiro lance de desespero.

Rowe (1932, p. 56), com toda a razão, acha extraordinária essa mudança de atitude e se recusa a acreditar que ela, de fato, tenha ocorrido, dizendo que o presidente Washington Luiz provavelmente subestimara a redução que ocorreria nos preços. A respeito, ele diz textualmente: "If this is true [a esperança do presidente de que as exportações aumentariam suficientemente para compensar a queda dos preços], it is most extraordinary, for all experience would have pointed to an inelasticity of the demand for coffee too great for any such happy result". Rowe, entretanto, estava errado, pois o próprio sr. Washington Luiz dizia, na Mensagem Presidencial de 1930, que "esses 20 milhões de sacas de café armazenadas no país, *ainda que só fossem adquiridas para a formação de estoques no exterior* [o grifo é nosso], mesmo a preços irrisórios de uma e meia a duas libras por unidade [a defesa havia fixado o preço em torno de 5 libras por saca], somariam 30 a 40 milhões de libras esterlinas que viriam às nossas reservas referidas".

O presidente da República pensava, portanto, que com uma baixa de preço seria possível exportar-se esse excedente, para a formação de estoques no exterior, e mais as safras normais e assim aumentar-se a receita de divisas do país.

É certo que, se não houvesse a crise (e, portanto, as linhas de crédito dos operadores não se encontrassem encurtadas e as suas perspectivas fossem mais otimistas), eles se precipitariam sobre os estoques brasileiros a fim de aumentarem a resistência de sua posição, e, assim, o problema imediato estaria resolvido. Depois disso, entretanto, seria preciso esperar-se muitos anos até que o instituto estivesse em condições de novamente conduzir o mercado internacional do café. A posição do presidente da República, portanto, de qualquer maneira acabaria com o sistema de defesa. Infelizmente, devido à crise, nem os proveitos imediatos puderam ser tirados.

É preciso considerar-se, por outro lado, que, se o instituto tivesse contado com o apoio do governo federal, a situação seria também muito diversa, uma vez que é ilusão pensar-se — como pensaram os defensores do instituto — que teria sido possível exportar-se, em 1930, a mesma quantidade de café e aos mesmos preços que vigoraram em 1929. A crise mundial deslocou para baixo a curva de procura do café em virtude da queda do

nível de rendimento dos consumidores e, se o Brasil tivesse tentado defender os preços no nível de 1929, as exportações sofreriam um colapso, pois o consumo seria violentamente comprimido. Para se ver isso, basta considerar-se que, se os preços de 1929 fossem conservados, o consumo da mesma quantidade de café *per capita* nos Estados Unidos teria exigido, em 1932, que os gastos com o produto, que representavam, em 1929, 0,7% do rendimento pessoal disponível de cada americano, passassem a representar 1,5%. A reação mais provável seria uma redução do consumo a pouco mais de metade do que anteriormente. Perderíamos, em quantidade, uma parte do que tivéssemos ganhado em preço e o problema dos estoques seria ainda mais grave.

Por outro lado, essa medida não poderia ser tomada sem um considerável aumento da taxa de crescimento da inflação, uma vez que a defesa dos preços externos deveria reduzir de maneira importante (dadas as circunstâncias) o consumo, o que aumentaria a quantidade de café a ser financiado e a defesa dos preços internos (que seria feita se o governo federal cedesse) exigiria um volume muito ponderável de novos meios de pagamento. A inflação deveria ainda ser acelerada pela depreciação da taxa cambial. Nessas circunstâncias, é muito possível que o problema se agravasse ainda mais no futuro, porque, não se realizando a baixa do salário monetário, não teriam tido os colonos autorização de plantarem entre as ruas dos cafezais e não diminuiria o volume total da produção cafeeira.

Impossibilitado de socorrer-se do governo federal, o Estado de São Paulo procurou, no mercado internacional, os recursos necessários para levar a efeito a continuação do seu programa e não deixa de ser extraordinário o fato de que, no meio da situação caótica criada pela crise, ele tenha conseguido, quase que imediatamente, em novembro, um empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas de um grupo de banqueiros liderados por J.H. Schroeder & Co. Ltd., que haviam participado das operações de defesa desde 1906.

Quase que ao mesmo tempo, o Estado de São Paulo procurou obter, no exterior, recursos suficientes para resolver o problema imediato da cafeicultura e conseguiu levantar um empréstimo de 20 milhões de libras esterlinas, o chamado "State of São Paulo 7% coffee realization loan of 1930", integralizado por um conjunto de banqueiros americanos e europeus. O empréstimo foi conseguido com a garantia de 16,5 milhões de sacas de café armazenadas no Brasil, que deveriam ser postas à venda, durante os 10 anos seguintes, à razão de 137.500 sacas mensais. O serviço de juros desse empréstimo seria

realizado por meio de uma taxa de 3 shillings, cobrada sobre a exportação de cada saca de café. Por outro lado, as limitações de entrada no porto de Santos seriam fixadas pelo maior valor de uma de duas alternativas: 833.334 sacas mensais (ou seja, uma exportação estimada de 10 milhões de sacas por ano), ou 1/24 do volume estimado da safra presente e seguinte (com o que se esperava eliminar a acumulação dos estoques) acrescido, ainda, de 137.500 sacas mensais destinadas à liquidação do empréstimo.

Com esse empréstimo, o Estado de São Paulo pode satisfazer os compromissos assumidos anteriormente com Lazard Brothers (5 milhões de libras em 1928) e Schroeder (2 milhões de libras em 1929) e aliviar a situação. No fundo, as relativas facilidades encontradas para a realização de tão volumoso empréstimo eram ditadas pelas próprias condições do mercado cafeeiro. Em primeiro lugar, quase metade do novo empréstimo se destinava a consolidar dívidas de curto prazo com os próprios banqueiros ingleses; em segundo lugar, a forma de organização do empréstimo garantia a sua liquidação em dez anos e o pagamento dos juros; em terceiro lugar, o empréstimo auxiliaria a resolver o grave problema econômico nacional e, indiretamente, contribuiria para a segurança dos grandes investimentos ingleses no país.

Na realidade, o empréstimo tirava das mãos do instituto a defesa dos preços do café e, à parte das possíveis manipulações da estimação das colheitas com um ano de antecedência, a influência do instituto entrava rapidamente em decadência.

A DEFESA VOLTA AO GOVERNO FEDERAL

Em outubro de 1930, um governo de força assumiu a direção do país e, em janeiro do ano seguinte, o seu interventor em São Paulo reorganizou o Instituto do Café. Logo após a assinatura do empréstimo de 20 milhões de libras esterlinas, verificara-se que os estoques retidos eram, de fato, muito superiores aos 16,5 milhões de sacas que haviam sido oferecidas como garantias, o que enfraqueceu ainda mais o mercado e, naturalmente, criava um problema sério para a colocação dos estoques que garantiam o empréstimo. Por outro lado, a crise mundial ganhava profundidade e amplitude, reduzindo, de maneira até então desconhecida, o nível de rendimento dos consumidores. A combinação desses fatos e as floradas de 1931-32 reduziram os preços do café para 8,7 cents/libra-peso, para o Santos 4, em Nova

Iorque, cotação que não se via desde 1907; mas os preços internos, devido à séria desvalorização do mil réis, haviam encontrado uma certa recuperação, passando de 119\$540, por saca, em 1930, para 131\$483, em 1931.

O mais sério problema a ser enfrentado no momento se referia a uma nova safra de 28 milhões de sacas em 1931-32. Ficava perfeitamente evidenciado, agora, que existia no Brasil um excesso de capacidade (era essa a terceira safra dessa magnitude desde 1927-28) e que a defesa seria irrealizável nos moldes tradicionais, porque seria difícilimo, senão impossível, obter-se os recursos necessários para executá-la. E, com o agravamento da crise, diminuía cada vez mais as perspectivas de aumentar o consumo de maneira importante. Era essa a situação que José Maria Whitaker encontrou quando assumiu a Pasta da Fazenda do Governo Provisório.

Do ponto de vista do governo federal, a situação era mais séria do que podia parecer, pois a dívida externa era volumosa — exigia quase 40 milhões de libras anualmente — e a desvalorização cambial tornava o seu pagamento cada vez mais pesado, o que tendia a ampliar o déficit orçamentário.

Os objetivos do sr. Whitaker, como ele mesmo escreveu depois, não era “melhorar, nem mesmo manter os preços do café... era restituir aos lavradores a livre disposição de suas safras, e acabar com as intervenções nos mercados do café”.

À vista da gravidade da situação, resolveu o governo adquirir os estoques de café que ainda não haviam sido comprados pelo Estado de São Paulo com os recursos provenientes do empréstimo de 20 milhões de libras esterlinas. Como é evidente, essa medida simplesmente desimpedia o mercado, mas não representava solução para o problema, uma vez que, essencialmente, era uma simples transferência de propriedade dos estoques. As compras foram realizadas por uma maneira engenhosa, aproveitando-se a importância do Banco do Brasil e do Banco do Estado de São Paulo, que absorviam uma parcela importante das operações do mercado cafeeiro. Abriu-se um crédito de 50.000 contos no Banco do Brasil (depois ampliado para 150.000) e uma parcela ponderável do dinheiro aplicado na compra dos estoques voltava à caixa dos dois bancos, o que reduzia de muito o montante total dos recursos necessários. Por outro lado, foi feito um contrato de consignação de 1.350.000 sacas de café à Casa Hard Rand — uma das mais importantes casas exportadoras do país —, que forneceu antecipadamente 1.350.000 libras esterlinas. Quase ao mesmo tempo, concertou-se uma troca entre 25 milhões de *bushell* de trigo, de propriedade da United States Grain Stabilizing Co., contra 1.275.000 sacas de café.

Rowe (1932, p. 67) critica amargamente toda a operação levada a efeito pelo Governo Provisório, dizendo que "on economic grounds it was as foolish as it was unnecessary", o que não faz justiça à agudeza de Whitaker. Apesar de se tratar de uma simples transferência de propriedade, a operação abria caminho para uma libertação do mercado cafeeiro (e era, portanto, desejável). E, por outro lado, não pode haver dúvida de que ela representava a colocação adicional de 1.275.000 sacas de café (as consignadas à Hard Rand não podiam ser consideradas vendas adicionais).

Pelo próprio Decreto nº 19.688, de 11 de fevereiro de 1931, que autorizava a compra de todo o café retido em 30 de junho e não adquirido pelo Estado de São Paulo, estabelecia-se um imposto anual de 1\$000 sobre cada pé de café novo plantado nos próximos cinco anos (o que virtualmente proibia as plantações) e criava-se um imposto em espécie de 20%, que poderia ser modificado nas safras seguintes. Confirmava o decreto, em seu art. 3º, a condição dos banqueiros do empréstimo de 20 milhões de libras esterlinas, pois a única limitação de entrada nos portos era o limite máximo de 1/24 da safra presente e seguinte.

A pressão da cafeicultura foi, entretanto, muito grande e o imposto de 1\$000 por pé foi aplicado somente aos Estados com mais de 50 milhões de cafeeiros (porque o Paraná desejava defender o crescimento de sua lavoura de café) e o imposto em espécie teve de ser transformado num imposto de 10 shillings, cobrado por cada saca exportada e destinado à compra de café para ser destruído.

Pouco depois, no mesmo ano, criou-se o Conselho Nacional do Café, que foi aos poucos assumindo a direção da política cafeeira nacional. Em julho, o Instituto do Café do Estado de São Paulo perdeu as suas funções na operação de defesa e, em dezembro de 1931, o Conselho Nacional do Café assumia essa responsabilidade. Ao mesmo tempo, elevou-se a taxa de exportação para 15 shillings (os 5 shillings adicionais seriam destinados à amortização do empréstimo de 20 milhões de libras esterlinas) e decidiu-se a eliminação de 12 milhões de sacas de café. O conselho ficou encarregado de defender o preço interno (fixado em 15\$500, por 10 quilos, para o Santos 4) e contaria, para isso, com recursos fornecidos pelo Banco do Brasil.

Durante o ano de 1931, destruiu-se 2,8 milhões de sacas e, em 1932, mais 9,3 milhões. A despeito disso, as cotações, que haviam melhorado um pouco em 1932 (em consequência da ameaça de paralização dos embarques, devido à revolução paulista), quando chegaram a atingir

15 cents/libra-peso para o Santos 4, no disponível, em Nova Iorque, em setembro, atingiam, de novo, em dezembro, o nível de 9,7 cents/libra-peso. A razão principal desse fato é que as floradas já haviam anunciado, para 1933-34, uma nova safra volumosíssima, confirmando o excesso de capacidade do quadro cafeeiro nacional.

Para dar maior organicidade ao programa de defesa, criou-se, em fevereiro de 1933, o Departamento Nacional do Café (DNC). A situação se agravava, pois a revolução (1932) fizera o volume das exportações cair para 11,9 milhões de sacas e a receita total de divisas proveniente do café se reduzira a 26,2 milhões de libras esterlinas. Ao mesmo tempo, o meio circulante passara de 2,9 milhões de contos, em 1931, para 3,2 milhões, em 1932. A taxa cambial, sob a pressão dessas forças, caiu para 3 5/8, em 1931, para 3 3/8, em 1932, e atingiu 3 1/8, em 1933. Esses movimentos antagônicos haviam elevado o preço do café, na exportação, de 131\$483 por saca, em 1931, para 152\$820, em 1932, e a sobretaxa de 10 shillings se tornava insuficiente para a compra do café a ser destruído, o que levou o governo a cobrar o imposto em moeda nacional.

Quando se compreendeu a magnitude da safra 1933-34, que atingiria mais de 29 milhões de sacas, procurou-se facilitar as operações de crédito do DNC, modificou-se o regulamento de entrada nos portos e suspendeu-se até o replantio. Se fosse encaminhada aos portos, de acordo com o regulamento em vigor, a nova safra provocaria uma redução ainda maior dos preços, de maneira que ela foi dividida em três partes: 30%, quota de exportação; 30%, quota de retenção; e 40%, quota de sacrifício, pela qual o governo pagou 30\$000 por saca. Durante 1933 destruiu-se nada menos de 13,9 milhões de sacas, ou seja, o equivalente à exportação de um ano.

Para se compreender a complexidade da situação e em que ela diferia essencialmente das anteriores, quando as valorizações haviam sido bem-sucedidas, basta considerar-se o seguinte quadro. Entre 1927-28 e 1933-34 houve quatro grandes safras (todas superiores a 26 milhões de sacas) e três safras menores (mas cuja média foi mais ou menos igual à exportação anual), de maneira que resultou um *saldo líquido* (a ser acrescido ao estoque que em 1926-27 existia no Brasil: 2,8 milhões de sacas) de 50 milhões de sacas. A queima de 26 milhões de sacas deixava, ainda, o excedente de 24 milhões de sacas, que, somadas às existentes anteriormente, dava um total de 27 milhões. Por outro lado, estava agora perfeitamente claro que a indústria sofria de um excesso de capacidade, que levaria ainda algum tempo para ser corrigido.

Compreende-se por que era, de fato, impossível deixar-se o sistema de preços funcionar livremente. Com a baixa dos preços, os operadores haviam restabelecido pelo menos uma parcela dos seus estoques. Como as expectativas eram de baixa ainda maior, não somente diante do excesso de capacidade mas também devido à crise mundial, seria preciso fazer-se os preços caírem a quase nada (eles já estavam em 8 cents/libra-peso no disponível, em Nova Iorque, para o Santos 4) para tornar interessante a absorção do excedente por especuladores. Por outro lado, mesmo que eles se decidissem a operar, é difícil imaginar-se que tivessem recursos suficientes para absorver 30 ou 40 milhões de sacas, o que significava quase duas vezes o consumo anual do produto. Soltar o mercado nessa ocasião poderia representar a eliminação da cultura cafeeira, porque o peso do excedente deveria produzir, durante três ou quatro anos, preços irrisórios e o consequente envelhecimento rápido de toda a cultura, pela falta de tratamentos, aceleraria a perda de um poder de competição do produto nacional no mercado exterior.

A operação de queima foi muito criticada, mas é preciso considerar-se que até hoje não se conseguiu imaginar uma política que a substituísse com probabilidades de bom êxito. De fato, a queima do café significava, em parte, a forma pela qual o desperdício generalizado de fatores, produzido pela crise mundial em todos os países, se apresentava no Brasil. À alternativa mais imediata para a queima do produto era o desemprego e a desorganização social.

Se a situação não fosse de crise mundial, é muito provável que o problema teria sido resolvido de maneira diferente, sacrificando-se, por exemplo, as lavouras mais velhas e indenizando-se os seus proprietários, o que eliminaria o excesso de capacidade elevando-se a produtividade média da cafeicultura. Resolvido esse problema, as perspectivas de obter financiamento melhorariam e teria sido possível continuar com a política de defesa.

Não pode haver dúvida sobre o fato de que, mantendo todo o estímulo possível à produção (em termos de defesa de preços e de financiamento) e permitindo que as plantações se expandissem desordenadamente (o número de cafeeiros em São Paulo era estimado em torno de 950 milhões, em 1924-25, e em torno de 1.300 milhões, em 1931-32), cabe à política de defesa a parcela mais importante das dificuldades do mercado. Atribuir-lhe toda a culpa, entretanto, é deturpar os fatos; é ter uma visão muito unilateral do problema. "A queima do café foi um fenômeno da mesma natureza que o afogamento de carneiros e a queima de trigo e, numa escala muito

menor e de consequências sociais menos importantes, da mesma natureza que o desemprego nos países industrializados. Produzir café para queimá-lo é de fato absurdo; mas não há dúvida de que queimar uma saca de café é, do ponto de vista social, menos importante do que despedir um chefe de família e forçá-lo a roubar ou a prostituir sua esposa para alimentar seus filhos" (Delfim, 1957, p. 139).

A situação continuou a arrastar-se dentro dos meandros de dificuldades criadas pelo excesso de capacidade e, em meados de 1934, já haviam sido destruídas nada menos de 50 milhões de sacas de café. Com a previsão de uma safra menor, em 1934-35, e com as perspectivas de que a destruição continuaria com o ritmo violento que assumira em 1933 (13,9 milhões de sacas), os preços reagiram em 1934 e o Santos 4 atingiu, no disponível, em Nova Iorque, 11,1 cents/libra-peso, contra 9,1 em 1932. Provavelmente, entretanto, a razão mais importante dessa elevação residia na instituição do sistema de "quotas de sacrifício", que elevava o custo médio da produção comercializável.

A situação parecia caminhar para a normalização. O DNC instituiu então uma forma nova de controle. As entradas seriam reduzidas ao máximo constituído pelo dobro da exportação média mensal do ano anterior e resolveu retirar do mercado os excedentes que se verificassem. Para a safra 1934/35, instituiu-se uma divisão em duas partes: a) quota retida de 70%; e b) quota direta de 30%. Apesar dessas medidas, os preços voltaram a cair em Nova Iorque, atingindo o Santos 4, em 1935, a cotação de 8,9 cents/libra-peso, no disponível.

Em julho de 1935, depois de uma reunião cafeeira, decidiu-se comprar mais 4 milhões de sacas (o excedente da safra 1935-36), que, em princípio, seriam destruídas. Na mesma reunião, foi rejeitada a proposta de eliminação da taxa de exportação de 45\$000 por saca (a antiga taxa de 15 shillings transformada em moeda nacional, quando o câmbio fraquejou), que havia tomado corpo no país, e ampliou-se a sua destinação. Uma parte dessa taxa, 30\$000, era destinada a financiar as compras de café para destruição e esperava-se, agora, utilizá-la para liquidar os grandes encargos do Departamento Nacional do Café. De fato, essa parte foi subdividida em duas partes de 15\$000 cada uma, com destinação específica: uma delas seria utilizada pelo DNC para a compra dos 4 milhões de sacas a serem destruídas e, a outra, seria aplicada na amortização de suas dívidas.

A safra 1935-36 foi dividida em duas partes iguais: uma de quota retida e outra de quota direta e os limites máximos nos portos foram fixados em

2,2 milhões de sacas para Santos e 700 mil sacas para o Rio de Janeiro, além dos demais.

Em 1936, em consequência das compras do DNC e do aumento das destruições (3,7 milhões de sacas, contra 1,7 milhão em 1935), os preços melhoraram ligeiramente. Em 1936-37, apresentava-se uma nova safra de 26,6 milhões de sacas e outra vez apelou-se para o estabelecimento de uma quota de sacrifício. A safra foi dividida em três partes: a) quota de sacrifício (30%), que seria paga a 5\$000 por saca; b) quota retida (30%); e c) quota direta (40%). Compreende-se que, de fato, a quota de sacrifício era entregue com prejuízo para o lavrador, uma vez que 5\$000 não deveriam pagar sequer o custo da sacaria e a manipulação do produto. Os preços do café melhoraram ligeiramente quando se divulgou a notícia de que os países produtores americanos haviam chegado, em princípio, a um acordo para a defesa conjunta do produto, baseado no estabelecimento de quotas de exportação. O anteprojeto do acordo dava ao Brasil as seguintes "quotas básicas" de exportação: a) para os Estados Unidos: 9,1 milhões de sacas; e b) para os demais países: 7,8 milhões de sacas, o que dava uma exportação total da ordem de 16,9 milhões de sacas, ligeiramente superior à média que vínhamos obtendo.

Esse acordo — o primeiro em que se havia chegado a algum resultado prático — nunca passou de um anteprojeto, continuando o Brasil a sustentar, sozinho, o mercado, em benefício de seus concorrentes. Em 1937, o DNC destruiu nada menos de 17,2 milhões de sacas, mais do que as exportações nacionais em qualquer ano.

Em novembro de 1937, pouco antes do golpe de Estado e provavelmente com o objetivo de obter a simpatia da cafeicultura, o governo resolveu, diante do malogro do acordo internacional, modificar a sua política cafeeira. A taxa de exportação foi reduzida de 45\$000 para 12\$000 por saca e as divisas provenientes do café foram totalmente liberadas. O governo não interviria mais no mercado, a não ser pela continuação da quota de sacrifício de 30% e da quota de retenção de 30%.

Os preços no disponível, em Nova Iorque, caíram, de 11 cents/libra-peso, para o Santos 4, em 1937, para 7,7 em 1938. O aumento do diferencial entre os preços do Brasil e dos concorrentes ampliou as exportações, que atingiram 17,2 milhões de sacas. Uma parte desse aumento se destinava à formação de estoques por parte dos operadores do mercado, que procuraram realizar suas compras diante da ameaça permanente de volta do Brasil à antiga política, pois, alguns meses depois, a regulamentação cambial começou a se acentuar. Tanto isso é verdade que, em 1939, quando os

preços desceram a 7,4 cents/libra-peso, as exportações não passaram de 16,6 milhões de sacas, apesar da grande expectativa de generalização de guerra iniciada na Europa.

Aliás, o controle do mercado nunca foi abandonado, pois em 1939 continuou-se com a divisão da safra em várias quotas, atingindo a de "sacrifício" 30% dos cafés ordinários e 15% para os cafés finos e os estoques máximos nos portos foram mantidos. Em 1938, haviam sido destruídas 8 milhões de sacas e, em 1939, 3,5 milhões.

Nas safras seguintes, 1940-41 e 1941-42, continuou o Brasil a manter a quota de sacrifício. Com as dificuldades criadas pela quase desaparecimento dos mercados europeus, chegou-se ao *Inter-American Coffee Agreement*, em novembro de 1940, que era um acordo de quotas de exportação entre os Estados Unidos e 14 produtores latino-americanos.

Eventos posteriores, como as desfavoráveis condições climáticas e o abandono dos cafezais, permitiram eliminar-se a quota de sacrifício, a partir de 1943-44, e suspender-se definitivamente a destruição de cafés, a partir de agosto de 1944. Entre meados de 1941 e 1945, os preços do café estiveram controlados, nos Estados Unidos, pelo Office of Prices Administration (OPA).

A destruição, iniciada em junho de 1931 e terminada em julho de 1944, eliminou nada menos do que 78,2 milhões de sacas de café, ou seja, uma quantidade equivalente a três vezes o consumo mundial num ano.

Quando a guerra terminou, era evidente que a situação do mercado cafeeiro deveria entrar em franca recuperação, tão logo o controle de preços fosse levantado. Durante os anos de guerra, a produção brasileira diminuíra bastante e 1939-40 fora a última safra acima de 20 milhões de sacas. De fato, a média da produção brasileira não ultrapassou, durante os anos de guerra, a casa dos 13 milhões de sacas e, apesar da redução das exportações, os estoques tinham diminuído muito (porque se queimara muito café). Essa expectativa desencadeou séria pressão da procura e, ainda dentro do controle de preços, os Estados Unidos instituíram um sistema de subsídio para evitar possíveis pressões inflacionárias derivadas do aumento dos preços dos produtos de consumo. Quando o controle foi levantado, em agosto de 1946, os preços subiram verticalmente, passando o Santos 4, no disponível, em Nova Iorque, de pouco mais de 16 cents/libra-peso, para 27 cents/libra-peso, em dezembro.

Em 1946, o Departamento Nacional do Café havia sido extinto e substituído pelo Departamento Econômico do Café (DEC), organismo subordinado ao Ministério da Fazenda e que se incumbiria da política cafeeira.

A elevação violenta dos preços, em 1946, provocou uma retenção dos operadores e os preços começaram a cair. A Colômbia, comprometida na compra de sua produção, procurou sustentar os preços e o diferencial entre o Santos 4 e o Manizales melhorou, exportando o Brasil 16,1 milhões de sacas, na safra 1947-48, e 17,4 milhões, na safra 1948-49.

A procura dos cafés brasileiros era auxiliada pelas grandes dificuldades de pagamentos internacionais, o que tornava os cafés mais baratos altamente procurados e, em 1949, todo o estoque do extinto Departamento Nacional do Café havia sido colocado, o que permitiu a liquidação do empréstimo de 20 milhões de libras esterlinas, cujo vencimento havia sido prolongado.

A NOVA FORMA DA DEFESA

A situação do café era muito boa e nem mesmo a desvalorização da libra, em 1949, logo seguida pela de outras moedas, foi suficiente para forçar a modificação da taxa cambial. Era evidente, entretanto, que aquela taxa não correspondia à de equilíbrio em longa duração e que, com o desenvolvimento da pressão inflacionária interna, os déficits do balanço de pagamentos deveriam crescer ainda mais. Como consequência dessa medida, a posição dos produtores africanos melhorou consideravelmente, uma vez que Bélgica, França e Portugal reajustaram quase que imediatamente o valor de suas moedas, em resposta à desvalorização inglesa.

Nos anos da década de 1940, a produção apresentou uma tendência à estabilização, principalmente devido ao desenvolvimento desfavorável das condições climáticas. Entre 1940 e 1949, a redução líquida dos estoques (calculada subtraindo-se da produção a exportação mais o consumo interno e mais a incineração) foi da ordem de 16 milhões de sacas. Foi, principalmente, o reconhecimento do fato de que os estoques do DNC estavam liquidados que precipitou a alta dos preços. Esse movimento não foi, entretanto, entendido como uma simples reação do mercado que durante 30 anos estivera sujeito à superprodução, mas foi recebido com grande irritação por uma parcela da opinião pública norte-americana. O inquérito Gillette, instaurado para verificar as causas da elevação dos preços, é um documento mais emocional do que racional, mas aponta claramente a conveniência de os importadores americanos procurarem se abastecer em outras fontes (Teixeira Vieira, 1950).

Em junho de 1950, teve início a guerra da Coreia, e os preços cresceram ainda mais depressa.

Em 1951, os Estados Unidos congelaram os preços e os salários e o preço do Santos 4 recebeu um teto de 55,5 cents/libra-peso, ligeiramente superior aos níveis em que estava sendo cotado.

No mesmo ano foi praticamente restabelecido o sistema de defesa: limitaram-se as entradas nos portos e estabeleceu-se uma margem de registro abaixo do qual não seriam realizadas exportações. Além do mais, o governo federal anunciou que estava decidido a comprar café, se tanto fosse preciso, para a sustentação dos preços. Os preços em cruzeiros, a despeito do controle cambial, apresentavam-se remuneradores e reiniciava-se todo o processo de defesa que penosamente havia sido abandonado. Quase que simultaneamente (1952) criou-se o Instituto Brasileiro do Café, destinado a exercer efetivamente toda a política econômica do produto.

O preço-teto vigorou por 26 meses e foi suspenso nos primeiros meses de 1953. Após algumas oscilações, o preço do café, em novembro, retomou a sua marcha ascendente, acelerada, já em 1954, pelos efeitos da grande geadada. Nesse mesmo ano, o Brasil pretendeu desastrosamente defender o preço mínimo de 87 cents/libra-peso, o que reduziu de maneira importante o volume dos negócios, principalmente porque criou-se um ágio do Santos 4 sobre o Manizales. Para contornar-se a crise, concedeu-se uma desvalorização para o dólar-café da ordem de 30%, mas os operadores não retomaram o seu ritmo de negócios, diante das perspectivas de novas baixas, causadas pelo maior volume da safra 1954-55.

Em junho de 1954, o governo federal garantiu a compra do Santos 4 a Cr\$20,32 por libra-peso, o que, considerado o câmbio-café vigente, fixava um preço mínimo, em dólares, de 87 cents/libra-peso. Em agosto, procedeu-se à desvalorização (mas conservou-se a obrigação de compra a Cr\$20,32) e o preço mínimo foi reduzido para 64,5 cents/libra-peso. Em fevereiro de 1955, uma nova desvalorização reduziu aquele preço mínimo para 54,8 cents/libra-peso.

Em virtude da dificuldade de restabelecer-se a confiança dos operadores, o governo federal começou a adquirir o café na base de preço que havia sustentado. Como consequência da errada política de defender o preço em nível tão alto, registraram-se perdas consideráveis do governo em operações que levou a efeito no mercado a termo e viu-se ele obrigado a adquirir 3,7 milhões de sacas de café, com efeitos inflacionários iniludíveis. No começo de 1955, as compras foram suspensas.

Na safra 1955-56, principalmente devido ao estabelecimento de um enorme diferencial entre os preços do Santos 4 e do Manizales (causado por uma escassez da produção de cafés suaves), as exportações atingiram o apreciável montante de 17 milhões de sacas, o que resolveu temporariamente o problema. O fato, entretanto, é que os preços do café haviam subido bastante em cruzeiros, como se vê na tabela abaixo:

QUADRO 32
PREÇOS DO SANTOS 4 NO DISPONÍVEL, EM SANTOS

Anos	Cr\$/10 kg	Anos	Cr\$/10 kg
1949	111,10	1953	229,44
1950	184,90	1954	422,25
1951	195,67	1955	411,25
1952	197,35	1956	439,25

Não é possível saber-se como crescia a taxa de lucro na exploração cafeeira, porque não se conhece, com precisão, o desenvolvimento dos custos. É certo, entretanto, que a cafeicultura se transformara num setor lucrativo da economia, pois é essa a única forma de se explicar o crescimento das plantações a partir de 1950 e o aumento sensível da produção a partir da safra 1955-56.

É impossível medir-se como reagiu a cafeicultura aos estímulos provenientes dos aumentos de preço, porque, até hoje, não existe uma estimativa razoavelmente correta do número de cafeeiros plantados anualmente. O que se conhece são algumas estimativas subjetivas e que carecem, portanto, de precisão. É certo, entretanto, que o parque cafeeiro nacional se expandiu de maneira extraordinária a partir de 1949 e que já em 1955 — se não tivesse ocorrido a forte geada de 1953 — haveria, de novo, excesso de capacidade. Esse fato pode ser verificado pelo aumento da plantação no norte do Paraná, cuja produção foi de mais ou menos um milhão de sacas no quadriênio 1944-45 a 1947-48, atingindo 6,3 milhões em 1955-56. Essa expansão realizou-se com as mesmas características das corridas anteriores.

Ao contrário do que ocorrera anteriormente, a defesa praticada a partir de 1951 se fez somente em nome da manutenção de um nível mínimo de receita de divisas, necessário para assegurar o desenvolvimento da industrialização do país. O problema da remuneração do agricultor não existia, de fato, porque o sistema cambial estava completamente viciado, pelo estabelecimento de uma diferença entre o dólar-exportação e o dólar-

importação. Essa defesa se aproveitava do fato e se apoiava na verdade há meio século conhecida de que o consumo do café reage muito pouco aos aumentos de preços, o que sempre fora confirmado na prática.

Com essa intervenção no mercado cambial e com uma apreciável taxa de crescimento do processo inflacionário interno, nunca se colocou o grave problema da estabilização cambial, que tinha de ser resolvido nas operações anteriores. Quando os custos subiam por efeito da inflação e por efeito da disputa de fatores, estabelecida entre os empresários agrícolas, a solução estava à mão, pois bastava aumentar o dólar-café.

Essa operação foi, portanto, essencialmente, mais simples e mais ingênua, pois rompeu todas as ligações funcionais entre as variáveis estratégicas que garantiam um certo equilíbrio ao sistema. Com a estabilização (tanto na Caixa de Conversão como na Caixa de Estabilização), a remuneração em moeda nacional encontrava, em breve, um limite, e a inflação, provocada pela operação dos próprios mecanismos (que eram, de fato, uma consequência da valorização), elevava os custos. Dessa maneira, mais ou menos rapidamente encontrava-se um limite acima do qual o lucro da exploração cafeeira diminuía.

Por outro lado, o estabelecimento de preços mínimos e a permanente garantia de compra introduziu um estímulo de proporções até então desconhecidas. É certo que, com a defesa permanente, a situação era análoga, mas é preciso considerar-se que os recursos do Instituto do Café eram relativamente limitados (porque ele não podia socorrer-se livremente das emissões).

Pouco valeu, portanto, a lição da história. Menos de 10 anos depois da solução do mais grave problema cafeeiro que o Brasil havia enfrentado e que foi resolvido à custa da queima de 78 milhões de sacas de café e de sacrifícios que se prolongaram por 20 anos, a situação se apresenta outra vez complicada e já para a safra 1957-58 volta o Instituto Brasileiro do Café a apelar para o sistema de quotas: a) quota livre de 60%; b) quota de consumo interno de 30%; e c) quota de expurgo de 10%. Sem abandonar a defesa dos preços, mas temeroso de suas consequências, o governo federal, que durante os últimos 10 anos de euforia se beneficiara largamente do aumento da receita de divisas e da instituição de um sistema cambial estropiado, suspendeu o preço mínimo e a garantia de compra, mas instituiu um sistema de amarras entre um dólar-café que oscila em função dos preços do próprio café e o registro mínimo de preço para embarque, que torna impossível a exportação a preços mais baixos do que os que vigoravam em junho de 1958, a não ser à custa de uma redução sensível dos preços internos.

Para dar maior resistência ao cafeicultor, garantiu o governo o financiamento do produto a 80% dos níveis de preço-mínimo que vigoraram para a safra anterior (1956-57). Sem abandonar a defesa, necessária ao programa de "metas", instituído pelo presidente da República eleito em 1955, o governo federal transferiu o seu ônus para as costas do empresário agrícola. É evidente, entretanto, que a existência de um excesso de capacidade de produção torna completamente instável esse processo de defesa e é certo que o governo federal terá de comprar café em futuro próximo.

Olhado, portanto, em perspectiva, todo o longo e penoso caminho percorrido por nossa cafeicultura no último século, não é possível deixar de chegar-se à conclusão melancólica de que os dirigentes de nossa política cafeeira pouco aprenderam com a lição da História. Medido o seu bom êxito a longo prazo, verificamos que todos os nossos esforços não chegaram sequer a garantir para o Brasil a sua posição no mercado cafeeiro.

Se é certo que, com a defesa (principalmente depois da II Guerra Mundial), conseguimos um montante maior de dólares a curto prazo do que o que teríamos obtido com uma política mais liberal, não é menos certo que:

- a) criamos condições extremamente favoráveis para o desenvolvimento de uma concorrência de proporções nunca imaginadas;
- b) preparamos o caminho para uma nova crise cafeeira semelhante à dos anos 1930.

Mesmo sem a retração da procura, devida a uma queda do nível de rendimento nacional dos países consumidores, todo o sistema de defesa caminha para uma liquidação violenta e fatal.

Vamos analisar, a seguir, com maiores minúcias, o crescimento da concorrência para procurar, depois, construir um modelo capaz de explicar o comportamento do mercado cafeeiro.